Cartilha pela Desmilitarização da Polícia e da Política

Apresentação

Esta cartilha tem o objetivo principal de informar a população em geral sobre o que vem a ser a desmilitarização da Polícia e da Política, proposta por este Comitê.

A partir de um diálogo ilustrativo e didático, vamos conversar a respeito da história da segurança pública no Brasil, debater acerca das consequências destrutivas do modelo repressivo militar atual e também sobre os muitos benefícios que poderiam vir com a desmilitarização. Vamos nessa?

www.desmilitarizar.wordpress.com

Ficha técnica

Texto:
Ana Vládia
Artur Pires
Iorran Aquino

Revisão:
Ivina Sales
Márcio Renato

Ilustrações e Projeto Gráfico:
Carlitos Pinheiro
carlitosilustra@gmail.com

Desmilitarização da Polícia: Uma questão urgente!

"Homem de preto qual é sua missão?
É invadir favela e deixar corpo no chão
Se perguntas de onde venho e qual é minha missão:
Trago a morte, o desespero e a total destruição"

"O interrogatório é muito fácil de fazer;
pega o favelado e dá porrada até doer.
O interrogatório é muito fácil de acabar;
pega o bandido e dá porrada até matar."

As citações ao lado foram retiradas de músicas do curso de formação do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro, o BOPE. As canções desse batalhão que, infelizmente, é tomado como referência por muitos policiais no Brasil, chamam atenção pela incitação à violência, pela exaltação do assassinato e da tortura, e deixam claro também onde estas mortes devem acontecer: na favela!

Leia as músicas novamente e repare: são cantadas a plenos pulmões por aqueles que, supostamente, deveriam proteger as pessoas. Agora, pense com calma: você acha que policiais militares, que segundo a Constituição devem garantir a segurança pública, deveriam cantar hinos que exaltam a tortura e a execução sumária nas periferias?

Esse modo de operação bélico vem das Forças Armadas e de seu sistema militar e hierarquizado de ação, que foi intensificado na reformulação da segurança pública promovida pelo golpe ditatorial de 1964. No Brasil, infelizmente, a formação dos/as agentes de segurança é feita, via de regra, mantendo esse modelo, ou seja, baseada na ideia da guerra a um "inimigo". E quem é esse inimigo? Dependendo da sua condição social e econômica, pode ser você. Vamos falar disso mais na frente.

Para a maioria dos brasileiros, aumentar o número de PMs nas ruas significa o sucesso na segurança pública. No entanto, tendo como base as estatísticas da violência no país (8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Mapa da Violência 2014, Índice de Homicídios de Adolescentes), vemos que a melhoria não está em expandir o modelo militar e o Estado Penal e Policial, mas justamente em outra concepção de segurança que compreenda, inclusive, o complexo fenômeno da violência e da conflitualidade social. Ainda que essa questão esteja relacionada a um modelo de sociedade que extrapola qualquer ação restrita ao âmbito da segurança pública, não podemos permitir que a violência de Estado seja a regra do policiamento.

Assim, convidamos você a conhecer, debater e se informar sobre uma outra forma de pensar o Estado e a segurança em nosso país.

Tenha uma ótima leitura!

1

Desmilitarização da Polícia e da Política:

O que é e por que você precisa saber disso?

A ação e a formação militar vinculadas às Forças Armadas, quando implementadas na segurança pública, constroem a noção de um inimigo interno a quem, na prática, se nega qualquer direito. A enorme letalidade policial, com cerca de 11 mil mortes em apenas 5 anos (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014), é uma das mais trágicas consequências disso.

Quantas vezes vemos nos noticiários casos de pessoas sendo covardemente agredidas ou humilhadas por policiais que abusam de sua autoridade? Ou que foram mortas por PMs? Ou que desapareceram após abordagens policiais? Provavelmente, muitos de nós já presenciamos ou sofremos alguma agressão policial, não é verdade?

E quem é o público alvo da ação policial? Em sua maioria, são moradores das periferias das cidades do país, onde se encontra uma quantidade enorme de pessoas a quem o Estado brasileiro vem negando historicamente a garantia de inúmeros direitos sociais (à educação, à saúde, à moradia digna, ao saneamento básico, ao lazer, à cultura, etc.). São, também, manifestantes e lutadores/as sociais (a violentíssima repressão contra os protestos pela redução das tarifas no transporte público em São Paulo, em junho 2013, virou um marco deste controle). Não são pessoas que necessariamente cometeram crimes, mas **pessoas consideradas potencialmente perigosas**. É a isso que chamamos de **criminalização seletiva ou da pobreza**: a condenação antecipada de sujeitos por características físicas (a cor da pele), sociais, políticas ou econômicas que supostamente revelariam a sua periculosidade.

Como forte característica dessa criminalização, a equivocada relação das favelas e bairros periféricos com o tráfico tem justificado mandatos de busca coletiva, ocupações militares e revistas (batida, geral, baculejo) a quem quer que use boné e chinelas e esteja na rua. É uma enorme hipocrisia: todos/as sabemos que o comércio e o uso de drogas ilícitas não ocorre apenas nas peri-

ferias, mas é lá que o Estado Policial demonstra toda potencialidade de seu poder repressivo e letal. Dignidade não deveria ter CEP nem raça!

Sob essa forma de agir o que tem ocorrido é a explosão de abusos de autoridade e truculência policial, com o número crescente de mortes resultantes de ações "de segurança" e inúmeros casos de chacinas, torturas, grupos policiais de extermínio e milícias paramilitares. Não à toa a Organização das Nações Unidas (ONU) já recomendou por diversas vezes ao governo brasileiro o fim da Polícia Militar. A pesquisa de 2014 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública também mostrou que 70% da população brasileira não confia na Polícia. Não era para menos, né mesmo?

Como mais um efeito negativo, a militarização também retira dos homens e mulheres que exercem a profissão de policial militar praticamente todos os direitos mínimos garantidos às outras profissões, como a denúncia de assédio moral, o direito à greve, entre outros. Para se ter uma noção, o/a policial não pode questionar ou descumprir qualquer ordem de seu superior hierárquico, sob pena de ser expulso da corporação ou preso, mesmo que a ordem represente agir com truculência ou negar direitos humanos e sociais a si próprio ou a outros. Fica difícil para um(a) policial que tem os seus direitos básicos negados garantir o respeito desses mesmos direitos aos outros trabalhadores e trabalhadoras. Também é comum os/as policiais serem tratados com extrema violência e brutalidade em sua formação: chicotadas, humilhações, afogamentos, castigos corporais, espancamentos e choques são práticas constantes de seus treinamentos.

Mantida por meio de privilégios e punições que compreendem a simbologia e a prática da humilhação, a disciplina militar sustenta ao longo dos anos que é possível "corrigir" sujeitos através do castigo e do sujeitamento forçado à autoridade – algo extremamente perigoso de ser reproduzido pelos detentores do "uso legitimo da força" quando tratados, eles mesmos, por meio da brutalidade e do exercício bélico. A carga horária desumana, os maus tratos e o autoritarismo por parte dos superiores com relação aos subordinados e o estado de alerta e risco no cotidiano da profissão também são fatores que contribuem para um alto índice de afastamentos por questões de saúde mental. Igualmente preocupante é o número de policiais que procuram os serviços de atendimentos psicológicos e psiquiátricos devido à dependência química (em um ano, quase 40% dos atendimentos). Muitos são os estudos que revelam um posicionamento fragilizado

6 PESSOAS são mortas pelas polícias brasileiras todos os dias em média. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

11.197 PESSOAS foram mortas por PMs em 5 anos.

99,2% do número de inquéritos de casos de autos de resistência foram arquivados a partir de 2005.

Nos últimos dois casos de chacinas antes da publicação desta cartilha, foram mortos pelo menos **37** em Manaus (AM) e **18** em Barueri e Osasco (SP)

70% dos/as brasileiros/as não confia na Polícia e **63%** se declaram insatisfeitos com sua atuação.

dos policiais, que chegam a admitir a exigência de tornarem-se uma espécie de "robocop" para exercer suas funções, ou seja, uma máquina cujas capacidades humanas devem ser subtraídas (assim como a de seus "inimigos", despojados da condição de pessoas).

Fatores estressantes como um ambiente de trabalho perigoso, o baixo controle sobre o processo de trabalho (cumprimento de ordens), o frequente contato com o público, as longas jornadas (em razão da escala), os recursos insuficientes, a insatisfação com a atividade e a remuneração, a dificuldade de ascensão profissional e a exposição contínua à violência estão relacionados aos sofrimentos ou distúrbios psíquicos e, no caso dos policiais, todos esses fatores estão intensamente presentes. Não à toa, em recente pesquisa (2014) do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 77,2% dos policiais se declararam a favor da desmilitarização da PM.

RESUMINDO: a militarização representa o processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos e procedimentos militares, que são elaborados para contextos de guerra ou de exceção, em atividades de natureza policial que deveriam ser voltadas para a prevenção da violência e a promoção da segurança pública. O núcleo da lógica militar reside no extermínio e na dominação, na ideia de combate ao inimigo. Adotá-la nas atividades de policiamento significa assumir a opção pelo extermínio de um determinado grupo social a quem não é exclusiva a ação de crimes ou atos infracionais, embora sejam praticamente os únicos a serem perseguidos e encarcerados.

2

Segurança para **quem?**

Historicamente, as forças de segurança pública no Brasil tiveram uma atuação seletiva, ou seja, direcionada não para os atos ilícitos (crimes) mas para QUEM praticava esses atos. Sempre atuaram em defesa de certos grupos sociais em detrimento de outros. Falando mais diretamente: protegeram os ricos e controlaram os pobres. Foi assim desde a chegada dos primeiros escravos ao Brasil: "Precisamos de uma polícia que a nós inspire confiança e aos escravos infunda o terror" – afirmava um jornal carioca no início do século XIX (V.M. Batista, 2004).

Quando estes conseguiram a abolição, houve um pânico generalizado das elites, que temiam que com os escravos livres nas ruas a violência aumentasse. E essa elite exigiu a garantia da "lei e da ordem": uma lei que os favorecia e uma ordem que garantia a sua supremacia política e econômica. O que aconteceu então? A polícia

fez seu papel: enfrentou, perseguiu e encarcerou muitos negros libertos pelo simples motivo de estarem nas ruas, jogando capoeira, etc. A "vadiagem", por exemplo, passou a ser considerada crime. Para os mais novos, surgiu o primeiro Código de Menores; e para os jovens e adultos se ampliaram as instituições de privação de liberdade. "A questão social é uma questão de polícia", dizia Washington Luis, secretário de segurança pública, em 1906.

Embora a Constituição de 1988 tenha dado tratamento progressista a diversos temas, a exemplo da garantia formal de importantes direitos sociais que alargaram a noção de cidadania, as cláusulas relacionadas às Forças Armadas, Militares (incluindo seu sistema judiciário) e de Segurança Pública da Carta Magna permaneceram, em grande medida, semelhantes (e em casos pontuais mesmo idênticas) à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969, ambas do período ditatorial.

Antes do golpe de 1964, as Polícias Militares cumpriam um papel secundário no trato das questões de segurança pública interna. Assim, embora já existisse a atual separação entre as polícias civil e militar desde a Guarda Real de Polícia em 1809, foi sobretudo a partir de 1969, portanto no auge da repressão política, que houve uma reversão nas funções das corporações, de modo que as polícias militares saíram de seu aquartelamento e foram lançadas nas ruas com o objetivo de fazer o papel do policiamento ostensivo e de manutenção da ordem social. O treinamento e a atuação das PMs, no entanto, não esteve e nem está focado na garantia de direitos. Muito pelo contrário, a cultura institucional nas PMs é guiada por uma lógica de guerra

Mais de **1 MILHÃO** de pessoas foram assassinadas no Brasil nos últimos 30 anos. A estimativa é de **UMA MORTE A CADA DEZ MINUTOS.**

53.646 **mortes violentas** foram contabilizadas em 2013.

Apenas **8%** dos homicídios são resolvidos por meio de inquérito policial.

77% das pessoas assassinadas **são negras.**

Os homicídios representam **36,5%** **das causas de mortes de adolescentes**. Se as condições atuais permanecerem, cerca de **42 mil adolescentes serão assassinados** até 2019.

O **Brasil é o país mais perigoso do mundo para ambientalistas** e o **segundo com relação ao assassinato de jovens**, ficando atrás apenas da Nigéria.

que transforma as ruas em campos de batalha, criminaliza a condição de pobreza e os movimentos sociais e transforma questões de saúde, como o consumo e a dependência de drogas, em assuntos de polícia.

O processo de desmilitarização das polícias passa, portanto, inicial e essencialmente, por um corajoso enfrentamento das heranças da ditadura, presentes inclusive em termos legais - tarefa nada fácil, vide as amplas e sintomáticas dificuldades na atuação de uma efetiva Comissão da Verdade. Ademais, os legados do autoritarismo nas instituições policiais e de segurança precisam ser encarados não somente na esfera prática - através da expansão dos mecanismos de controle e participação social, elaboração de nova abordagem que reconheça a diversidade do fenômeno da violência e não criminalize a situação de pobreza, revitalização dos espaços públicos em vez da ameaça ostensiva e do domínio territorial (ocupação militar), etc. - mas, igualmente, nos campos cultural e simbólico. Até hoje, para citar apenas um exemplo, a polícia militar de São Paulo presta homenagem aos golpes militares do Estado Novo e de 1964 em seu brasão, além das repressões ao levante de 1935 e à greve dos operários de 1917, dentre outras ocorrências de contenção às manifestações populares.

O que ocorre hoje nas favelas do Rio de Janeiro, com as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), é herança política e cultural dos tempos de cativeiro e de repressão aliadas à adesão da lógica norte-americana de "guerra às drogas" e Tolerância Zero. São os pobres, em sua maioria negros, sendo controlados, tendo seus direitos negados, marginalizados e criminalizados. A UPP, por trás de seu discurso de levar segurança às favelas do Rio, esconde um projeto perverso de controle sobre a população da periferia e especulação imobiliária do entorno.

Ora, o que se percebe é que a tal garantia da lei e da ordem no Brasil sempre esteve a serviço dos que tem poder – e a polícia historicamente fez e faz o papel de guardiã fiel dessas elites que compõe, inclusive, o Estado. É importante que nos perguntemos: que lei é essa que só protege uns poucos e esquece da maioria do povo? Que ordem é essa que cuida de ricos e negligencia os pobres? Parece, portanto, que essa lei e essa ordem tão faladas são social e politicamente injustas e seletivas, não é?

Então, quando você escutar novamente esse discurso de "garantir a lei e a ordem", fique de orelha em pé. É sinal de privilégio para alguns e açoite para outros. É assim desde os tempos da escravidão e continua sendo assim nas periferias de todo o Brasil, pois num sistema criado para garantir privilégios e riquezas para poucos, o inimigo óbvio é o Povo. E fique atento, também, àqueles que acham que criticar o modelo policial é defender bandido: é mais uma tentativa de encobrir uma opressão histórica ocultando a seletividade na aplicação da lei.

Desconstruindo mitos
sobre a Desmilitarização

A POLÍCIA VAI TRABALHAR SEM ARMA?

NÃO! Embora existam exemplos de polícias bastante eficientes que trabalham com armas menos letais, como a polícia da Inglaterra, **desmilitarizar a polícia brasileira não é defender uma instituição sem armas** e sim a existência de uma corporação composta inteiramente por civis, que detenham os mesmos direitos e deveres básicos do restante da população.

VÃO TIRAR A FARDA E AS VIATURAS DA POLÍCIA?

NÃO! **Desmilitarizar a polícia** não é precarizar o trabalho policial, retirando seus equipamentos de trabalho, pelo contrário, **permite que o/a policial trabalhe em melhores condições humanas, psicológicas e materiais**, na medida em que acaba com um dos principais mecanismos reprodutores da violência, a exemplo da própria formação militarizada e violenta.

VAI HAVER DEMISSÃO EM MASSA DOS POLICIAIS?

NÃO! A quantidade de policiais não é o problema e sim a formação humana desses profissionais e o regime a que estão submetidos. Portanto, **a desmilitarização da polícia nada tem a ver com a retirada do emprego dos policiais, que é inclusive garantido por lei.**

VAI AUMENTAR A VIOLÊNCIA?

NÃO! Muito pelo contrário! A militarização, a partir de seu modo de operação, é hoje uma das responsáveis pelos altos índices de violência registrados e não consegue incidir nem sobre as raízes dos conflitos sociais nem atuar de forma integrada com outras políticas públicas. **A desmilitarização propõe tratar a questão da segurança pública de uma maneira mais abrangente e integrativa**, encarando a violência não como uma causa em si, mas como algo relacionado à profunda desigualdade social. Vale, ainda, ressaltar que em muitas cidades a violência foi reduzida com medidas bem simples, a exemplo da iluminação pública e a oferta de atividades de lazer, cultura e esporte a partir das 22 horas.

A POPULAÇÃO DEPENDERÁ DE SEGURANÇA PRIVADA?

NÃO! A segurança pública é um direito básico de toda a sociedade. Portanto, **a desmilitarização nada tem a ver com o fim das corporações de segurança pública**. O que irá acabar é a Polícia Militar, que será transformada numa polícia inteiramente civil, responsável ao mesmo tempo pelo policiamento ostensivo (o das ruas) e pelo trabalho de investigação, mas com acesso aos mesmos equipamentos de que hoje já dispõe.

4

Quem ganha com a **Desmilitarização?**

Todo mundo! Sociedade civil e policiais. Com a desmilitarização – que obviamente deve vir acompanhada por uma mudança radical de toda política criminal - muitas das consequências negativas do modo militar de operação (abusos violentos de toda ordem, torturas, ocultação de cadáver e autos de resistência/resistência seguida de morte) seriam diminuídas.

Os próprios policiais, que estão diariamente nas ruas, teriam uma formação baseada na garantia plena dos direitos e da dignidade humana. Os policiais não-oficiais, chamados praças, são diariamente oprimidos dentro das academias de polícia e quartéis Brasil afora. A psicologia explica isso: o ciclo de violência se repete dentro e fora da corporação. Você ainda lembra das músicas cantadas pelo BOPE, não é?

De acordo com os dados da pesquisa "Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização das polícias", da Fundação Getúlio Vargas:

64% dos policiais defendem o fim da justiça militar.

74% apoiam a desvinculação do Exército

98% consideram a formação deficiente.

94% querem a modernização dos regimes e códigos disciplinares

95% afirmam que a falta de integração entre as diferentes polícias torna o trabalho menos eficiente

93% apontam a corrupção como causa do mau serviço prestado à comunidade

77% dos policiais concordam com a desmilitarização.

5

Fim da guerra **contra os pobres**

Um debate sobre a política de drogas e o extermínio da juventude

Apesar do aumento no número de policiais, a violência cresce com velocidade em todo o Brasil. Das 56 mil pessoas assassinadas no Brasil em 2012, 30 mil tinham entre 15 e 29 anos. Destes, 77% eram negros. Portanto, o incremento de mais policiais fortemente armados nas ruas não se mostrou eficiente mas, pelo contrário, foi um verdadeiro fracasso. O país vive uma epidemia de homicídios, com onze cidades entre as 30 mais violentas do mundo.

E não para por aí. No Rio de Janeiro, por exemplo, o número de inquéritos de autos de resistência (dispositivo jurídico utilizado quando uma ação policial termina em morte e o/a policial alega que houve resistência seguida de morte) arquivados ou não investigados a partir de 2005 alcança a cifra de 99,2 % dos casos (Zaccone, 2013). O Estado mata, portanto, sem cometer homicídio; e o faz no patamar de um massacre legitimado (por ação e omissão) pela justiça. Nos tribunais, os julgamentos protagonizam mais uma face da discriminação racial e de classe através da distribuição desigual de penas e sanções – para os mesmos crimes e atos ilícitos – entre acusados negros e brancos. Pode-se supor que os critérios que levam a essa diferenciação são tão arbitrários quanto a representação discriminatória e o etiquetamento penal dos "elementos suspeitos" no policiamento de rua.

Assinalados como inimigos da sociedade, aos "delinquentes" é negado o direito de terem suas infrações sancionadas dentro dos limites e garantias formais do direito penal (Zaffaroni, 2007). Permanecemos, assim, diante de uma atuação estatal, socialmente legitimada, que reproduz tradições e valores que rejeitam "visceralmente a noção de direitos universais e divide binariamente os seres humanos em 'cidadãos de bem' (ou 'cidadãos' simplesmente) e 'não- cidadãos'". Numa variação de autoritarismo, sustentado pelo argumento da necessidade de segurança, "essa moral binária (...) oferece suporte à continuidade das práticas policiais ilegais, em nome da pretensa necessidade de se travar uma 'guerra' sem trégua, por todos os meios, contra o crime e a desordem" (Lemgruber; Musumeci & Cano, 2003, p. 55). Nesse campo, é sobretudo a política proibicionista com relação às drogas que justifica as mortes nas periferias – uma verdadeira "política criminal com derramamento de sangue".

Essa é uma das facetas mais cruéis da materialização de um direito – e de todo o aparato que o acompanha – desigual, no qual uns são tidos

como descartáveis ou, para colocar de forma mais explícita, "matáveis", e outros como sujeitos dotados de plenas garantias. Para uns tem-se a prática secular do vigilantismo, da repressão e do controle penal; para outros a cumplicidade com as infrações e a proteção que estimula o elitismo intolerante.

Vivemos hoje em cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta. No entanto, muitas vezes, a "criminalidade" esconde a verdadeira conflitualidade social, subproduto de uma dívida social acumulada há muitas gerações e que, se por um lado tem gerado a utilização das Forças Armadas para finalidades de controle social e geográfico, por outro forma espaços fechados e elitizados que fragmentam com mais intensidade as cidades. Não se trata, neste último caso, de um mero reflexo das disparidades econômicas. A fragmentação é estimulada por uma auto-segregação das elites e do gigantesco investimento no mercado de controle do crime (cercas elétricas, câmaras, seguranças particulares, alarmes, carros blindados, ruas e bairros exclusivos, etc.). Qualquer possibilidade de interação espacial diminui ou torna-se muito mais restrita, desmotivadas pelo medo. São falsas soluções, escapismos que reforçam preconceitos, já que o espaço urbano também educa. "No caso dos condomínios educa não para a liberdade, para o diálogo, para o respeito à diferença, para a solidariedade, mas sim para o ódio de classe, não raro amalgamado com o ódio racial" (Souza, 2008).

Entre os anos de 1980 e 2012, 1.202.245 pessoas foram vítimas de homicídio. Percebe-se um brutal incremento da morte violenta a partir dos 13 anos. São taxas que, como aponta o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014), nem países em conflito armado declarado conseguem alcançar. Assim os homicídios, que também tem classe, cor e gênero, representam a principal causa de morte entre os jovens: nas últimas três décadas, o incremento proporcional da mortalidade por armas de fogo foi de 591,5% entre esse setor.

E você sabe por que o Brasil está tão violento? Um dos motivos é que na sociedade brasileira pouca gente ganha muito e muita gente ganha pouco. Quanto mais desigual e injusta é uma sociedade, mais violenta ela é – tal como revelam as pesquisas que relacionam o Índice GINI (que mede a desigualdade de renda dentro de um país) com o número de homicídios cometidos por ano. Nesse sentido, os números dos homicídios também refletem a divisão de classe.

Todos precisam ter os mesmos direitos respeitados. Mas não é o que acontece por aqui. Pobres e ricos não têm as mesmas oportunidades na vida, não é verdade? **Você sabia que a probabilidade de um jovem negro, morador de bairro pobre, ser morto é 135% maior do que de um morador de bairro nobre?** (IPEA: Dinâmica Demográfica da População Negra Brasileira).

Pois é, está havendo um banho de sangue diário nas favelas do Brasil. Nessa estatística de terror, a polícia tem papel de destaque, pois ela é a que mais morre, mas é também a que mais mata no mundo! Para piorar, políticos eleitoreiros defendem e incentivam, inclusive nos programas ditos "policiais", o fortalecimento de medidas punitivas e de controle, como a redução da maioridade penal, o linchamento público, a ocupação militar, etc. Sem tratar as raízes do problema, no entanto, estaremos apenas contribuindo para fortalecer a violência.

Prova disso é que o Brasil tem a terceira maior população carcerária do planeta, ficando atrás apenas de Estados Unidos e China. A maioria dos presidiários é composta por... adivinhem? Sim, pessoas moradoras de bairros pobres. Visivelmente, é preciso repensar a política de segurança pública no Brasil. Vale a pena repetir: não à toa a ONU já recomendou por diversas vezes o fim da Polícia Militar no país.

Cinco razões para você também lutar por isso

1) Na maioria dos países que tem polícia militar, estas ficam responsáveis pelo policiamento interno dos quartéis ou em regiões de fronteiras nacionais. O desvio de função que tornou a Polícia Militar responsável pelo policiamento de rua foi feito na época em que os militares comandavam o Brasil por meio de um golpe que derrubou a democracia e instaurou uma ditadura militar. Portanto, não tem cabimento manter a mentalidade militar nas ruas: não há nenhum "inimigo" a ser combatido; por outro lado existem muitos direitos que ainda precisam ser garantidos para todos.

2) A experiência mundial mostra que reduzir a violência pouco tem a ver com o aumento do número de policiais ou de seu aparato militarizado e muito menos com medidas de endurecimento das penas, a exemplo do que está sendo proposto com a redução da maioridade penal. O que deveria se destacar na ação do Estado não é o aumento de seus mecanismos de repressão e sim a promoção e a garantia da qualidade de vida e de direitos humanos.

3) Defendemos a mudança do modelo centrado na lógica de guerra, em particular ao tráfico de drogas nas favelas, por uma política de segurança pública pautada na valorização da vida. Propomos ênfase no controle de armas e o fortalecimento dos mecanismos de controle externo e interno das polícias, assim como o fim dos autos de resistência, com o aperfeiçoamento dos processos de investigação para os casos de homicídios.

4) Com a desmilitarização os policiais poderão ter direitos civis e trabalhistas. Hoje, os policiais militares têm um conjunto de leis específicas que orientam sua ação, o que acaba por oprimir e submeter os próprios policiais, além da população, a abusos de poder e arbitrariedades diárias.

5) O número de mortes tende a diminuir, pois o objetivo da desmilitarização é retirar da ação policial a perspectiva militar que faz do agente da segurança pública um soldado preparado para uma guerra em que não se pode estabelecer diálogo, e onde o principal objetivo é expulsar ou eliminar o inimigo. Queremos um política integrada com os mecanismos de promoção de direitos, com ampla participação de jovens na formulação de novas estratégias de enfrentamento à violência e ruptura com a lógica repressora e punitiva.

7

Como desmilitarizar
e o que já existe

Bem, como vimos anteriormente, a desmilitarização da polícia é um caminho necessário para começarmos a reverter a guerra urbana que transformou as cidades brasileiras em campos de batalha. Você sabia que em 2012 ocorreram 56 mil homicídios no Brasil? E você ainda lembra que 6 pessoas são mortas por dia pela polícia, não é?

Então, para conseguirmos concretizar essa mudança temos que levar essa discussão para nossas casas, com nossa família, nossos amigos, para nossas escolas, faculdades, trabalhos, etc. Devemos ajudar na divulgação dessas informações.

Contudo, para que a desmilitarização seja respaldada em lei, é preciso alterar o artigo 144 da Constituição Federal que, apesar de diversos avanços, erroneamente manteve os militares no policiamento ostensivo.

Porém, mudanças na Constituição só podem ocorrer por um projeto de lei conhecido como "Proposta de Emenda Constitucional", as PECs, que podem ser feitas por qualquer um dos deputados ou senadores do Congresso. No momento, as PECs não podem ser realizadas por iniciativa popular, apenas o projeto de lei é permitido. No entanto, já foi aprovada no Senado e tramita na Câmara uma PEC que daria essa possibilidade à sociedade civil, mediante o recolhimento de 1,4 milhão de assinaturas, 1% do eleitorado nacional.

Hoje, temos três **Propostas de Emenda Constitucional (PEC 430, de 2009; PEC 102, de 2011; e a PEC 51, de 2013)** que tratam da desmilitarização da polícia e que visam alterar o **artigo 144** da Constituição Federal. Procure se informar sobre elas! Mas, sobretudo, lute por um outro modelo de segurança que inclua uma revisão profunda da política criminal, a exemplo da política de drogas, e das diversas formas de criminalização da pobreza e dos ativistas e lutadores sociais!

Como reagir a uma **Abordagem policial?**

Enquanto a desmilitarização não vem, a gente ainda precisa conviver nas ruas com o modo de operação militar da polícia. E quando você for abordado por policiais, o que fazer? A gente te dá algumas dicas que podem ser úteis.

- **Caso você NÃO esteja cometendo infração**, o melhor é manter a calma, mostrar-se tranquilo, explicar-se diante da situação e, caso seja exigida, mostrar a sua documentação. Por isso, é sempre importante ao sair de casa ter no bolso ou na carteira algum documento de identificação.

Agora, **se você estiver cometendo alguma infração**, fique atento aos seus direitos e deveres:

- Primeiro, sabemos que é difícil, mas procure manter a calma. O nervosismo só atrapalha nesses momentos. Caso sinta-se à vontade para falar, fale só o necessário. Não discuta com o/a policial. É um direito de todo cidadão brasileiro manter-se em silêncio e ser representado na delegacia por um advogado ou defensor público.

- O/a policial, independente do que você estiver fazendo, não tem o direito de agredi-lo (a) física ou verbalmente sob pena de ser punido de acordo com a **Lei nº 4.898, de 1965, que tipifica o crime de abuso de autoridade**. Caso isso ocorra e você seja encaminhado à delegacia, denuncie a agressão ao/à delegado/a de plantão, e confirme se a denúncia foi incluída no seu depoimento. Caso isso ocorra e você não seja encaminhado à delegacia, procure guardar mentalmente o nome do/a policial agressor/a ou o número da viatura para depois fazer a denúncia à Corregedoria da Polícia ou prestar uma queixa-crime com a ajuda de algum advogado ou defensor público.

- O/a policial, independente do que você estiver fazendo, não tem o direito de extorqui-lo (a), ou seja, pedir ou receber quantia em dinheiro para liberá-lo(a) sob pena de ser punido de acordo com o **Art. 158 do Código Penal Brasileiro (crime de extorsão)**. Caso isso ocorra e você seja encaminhado à delegacia (o que é pouco provável), denuncie a extorsão ao/à delegado/a de plantão e siga as mesmas recomendações da situação descrita acima.

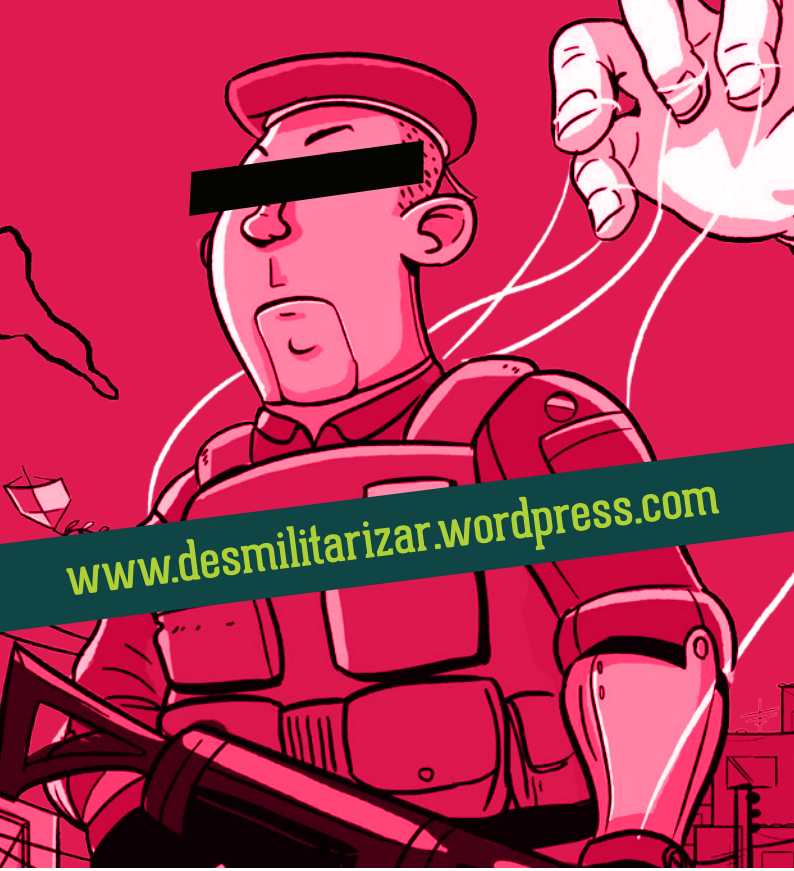
- O/a policial, independente do que você estiver fazendo, também não tem o direito de torturá-lo física e psicologicamente, podendo ser responsabilizado de acordo com a **Lei nº 9.455, de 1997, que tipifica o crime de tortura.**

Vem pra luta com os Comitês
pela Desmilitarização da Polícia e da Política

Os comitês surgiram em 2013 como uma aglutinação de pessoas e entidades sensíveis ao tema da violência urbana e que decidiram se organizar para contribuir de forma crítica com as discussões e ações em torno da segurança pública. Assim, nasceram da necessidade urgente de se repensar modelos alternativos às políticas públicas de segurança que foram implementadas nas últimas décadas e que chegam aos dias de hoje em situação de evidente crise.

Apesar da importância e abrangência do tema, o poder público tem mantido as discussões de reforma dessas políticas, incluindo a modificação das instituições relacionadas, bastante restritas, quando não estagnadas. Nesse sentido, por compreender que as medidas tomadas nessa área interferem no cotidiano de todos e todas, sobretudo na vida de populações com elevada marginalização social, é que articulamos um campo que pense e atue de forma crítica e permanente no âmbito da segurança.

Nosso interesse é ampliar a compreensão da segurança pública para que esta atue fundamentalmente de forma democrática, transparente e pautada na promoção e ampliação dos direitos humanos. Para isso, compreendemos que sem o olhar dos movimentos sociais que atuam no campo e na cidade, sem a experiência das comunidades locais e de bairro, sem as importantes contribuições das categorias profissionais da área e, sobretudo, sem a expansão da discussão para os/as trabalhadores/as e a população em geral, não obteremos êxito em estancar o aumento da violência e muito menos o banho de sangue diário que tem acompanhado as ações policiais nas áreas pobres das periferias brasileiras.



DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E DA POLÍTICA!

fundo brasil de direitos humanos